



**CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO**

**Gabinete do Vereador Professor Pierre**

Rua Farinha Filho, n.º 50 - Centro

Nova Friburgo - RJ - 28.610-280

(22)2524-1700 - R. 230 - professorpierre@novafriburgo.rj.leg.br

Sr. Presidente:

**CONSIDERANDO** a necessidade de ajustar a Resolução Legislativa n.º 1.995/2012, a fim de adequá-la ao art. 79 da Resolução Legislativa n.º 2.218/2017 (Regimento Interno);

**REQUEREMOS** que seja apreciado pelo Plenário desta Casa de Leis o seguinte projeto de Resolução Legislativa:

**ALTERA A RESOLUÇÃO LEGISLATIVA N.º 1.995/2012 NOS DISPOSITIVOS QUE MENCIONA, ADICIONA-LHE ANEXO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Art. 1º. Adiciona o Anexo apenso.

Art. 2º. Adiciona os §§ 1º e 2º ao art. 2º, com as seguintes redações:

**Art. 2º. (...)**

**§ 1º. A participação popular de que trata o caput, observado o disposto nos arts. 4º e 6º, fica condicionada à assinatura prévia de termo de compromisso e responsabilidade junto à Secretaria de Expediente, o qual consta do Anexo desta Resolução.**

**§ 2º. O termo de compromisso e responsabilidade mencionado no parágrafo anterior e o que dispõem os arts. 4º e 6º desta Resolução são aplicáveis em qualquer forma de participação popular regulamentada pelo art. 79 da Resolução Legislativa n.º 2.218/2017 (Regimento Interno).**

Art. 3ª. Altera o caput do art. 3º, que passa a ter a seguinte redação:

**Art. 3º. A Tribuna Livre realizar-se-á durante 30 (trinta) minutos antes das sessões ordinárias das quintas-feiras.**

Art. 4º. Altera o caput do art. 4º e adiciona-lhe os §§ 1º e 2º, com as seguintes redações:

**Art. 4º. A Tribuna Livre terá a participação de, no máximo, 5 (cinco) pessoas, que deverão se inscrever na Secretaria de Expediente da Câmara Municipal, fornecendo os dados constantes do termo de compromisso e responsabilidade em anexo, inclusive o assunto sobre o qual pretende se manifestar.**

**§ 1º. A inscrição de que trata o caput, cujas normas se aplicam ao disposto no art. 79 da Resolução Legislativa n.º 2.218/2017 (Regimento Interno), deverá ser feita em até 2 (dois) dias úteis antes do dia do pronunciamento requisitado, observadas as regras de participação popular no âmbito da Câmara Municipal.**

**§ 2º. A participação popular deverá ser indicada no Expediente da respectiva sessão ordinária, constando das comunicações, seja quanto à Tribuna Livre, para ciência ainda que em ato pretérito, seja quanto ao que dispõe o art. 79 da Resolução Legislativa n.º 2.218/2017 (Regimento Interno).**

Art. 5ª. Adiciona parágrafo único ao art. 5º, com a seguinte redação:

**Art. 5º. (...)**

**Parágrafo único. Os pronunciamentos dos participantes só se iniciarão mediante a presença do número mínimo de 1/3 (um terço) dos Vereadores, assegurado o tempo mínimo de 6 (seis) minutos a cada orador, o qual poderá ser estendido em até 12 (doze) minutos, respeitado o limite de prazo constante do art. 3º e observado, dentro do possível, na hipótese de atraso em razão do quórum insuficiente de Vereadores, o caput do art. 79 da Resolução Legislativa n.º 2.218/2017 (Regimento Interno).**

Art. 6ª. Altera o art. 6º, que passa a ter a seguinte redação:

**Art. 6º. O orador inscrito será primeiramente advertido e, se insistir, poderá ter sua palavra cassada se:**

**I - desobedecer às normas regimentais de modo geral e, especialmente, àquelas que definem trajés, sobriedade, forma de comportamento na Tribuna, cordialidade, respeito aos Vereadores, funcionários e demais presentes;**

**II - pronunciar-se sobre assunto(s) diverso(s) daquele(s) proposto(s) no termo de compromisso e responsabilidade, cuja temática deverá ser previamente exposta aos Vereadores;**

**III - atribuir cobrança ou crítica, com base inverídica e/ou desrespeitosa, a qualquer Vereador ou à instituição legislativa, inclusive acerca de matéria que não lhes seja competente;**

**IV - fazer denúncia não fundamentada sobre ato supostamente ilegal de algum Vereador, outro agente público ou qualquer cidadão, inclusive, no caso dos Vereadores, acerca de conduta que atente contra a Ética e o Decoro Parlamentar;**

**§ 1º. O orador que contrariar qualquer vedação deste artigo a ponto de ter a palavra cassada será impedido de inscrever-se em quaisquer formas de participação popular com direito a pronunciamento na Câmara Municipal por tempo determinado pela Mesa Diretora, ouvido o Colégio de Líderes, sem prejuízo de outras sanções legais.**

**§ 2º. Se o orador que se inscrever manifestar expressamente intenção alheia ao que preconiza a participação popular nesta Resolução e na Resolução Legislativa n.º 2.218/2017 (Regimento Interno), poderá ser previamente impedido de se pronunciar.**

**§ 3º. Qualquer pessoa agredida moralmente ou com notícia falsa terá direito de reparação pelo mesmo tempo do orador acusador, para tão-somente rebater malsinação concebida como infundada, em excepcional oportunidade, preferencialmente em semana imediatamente seguinte ou conforme possibilidade regimental que lhe seja conveniente, cabendo-lhe, ainda, se assim desejar, tomar medidas em âmbito judicial.**

**§ 4º. Na hipótese de Vereador ser inconvenientemente citado ou moralmente agredido, excepcionalmente será facultado a este permutar pronunciamento com outro Vereador se não estiver inscrito — inclusive em relação ao que determina a Resolução Legislativa n.º 2.218/2017 (Regimento Interno) no caso das sessões de**

**terça-feira — e servir-se do seu tempo de pronunciamento para prover à necessária reparação.**

**§ 5º. Na hipótese de denúncia fundamentada sobre conduta ou ação de Vereador, o caso deverá ser encaminhado, nos termos regimentais, ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar para tomar as medidas cabíveis.**

Art. 7º. Adiciona parágrafo único ao art. 7º, com a seguinte redação:

**Art. 7º. (...)**

**Parágrafo único. Somente serão aceitas 4 (quatro) inscrições do mesmo orador por semestre.**

Art. 8º. Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões Dr. Jean Bazet,  
em 06 de março de 2017.

**Professor Pierre**  
**Vereador – PSOL**

**Zezinho do Caminhão**  
**Vereador – PSOL**

**ANEXO**



**CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO**

Rua Farinha Filho, n.º 50 - Centro  
Nova Friburgo - RJ - 28.610-280  
(22) 2524-1700

**TERMO DE COMPROMISSO E RESPONSABILIDADE  
PARTICIPAÇÃO POPULAR  
NO ÂMBITO DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL**

**(Resolução Legislativa n.º 1995/2012, art. 2º, §§ 1º e 2º e arts. 4º e 6º)**

Nome:			
Endereço:			Nº.
Compl:		Bairro:	
CEP	Fone:	Fone:	
:			
RG:	CPF:	Data Nasc.:	
E-mail (se possuir) :			
Dispositivo legal em aplicação:	Data do pronunciamento:	Tempo de pronunciamento:	
Descrição do(s) assunto(s) a ser(em) tratado(s) no pronunciamento:			

1 – Comprometo-me a ler a legislação indicada acima, bem como as normas relacionadas constantes do art. 79 da Resolução Legislativa n.º 2.218/17 (Regimento Interno), e estou ciente de que este Termo de Compromisso e Responsabilidade está vinculado à minha participação como orador(a) na tribuna da Câmara Municipal de Nova Friburgo.

2 – Estou ciente dos impedimentos e das punições previstos pelo art. 6º da Resolução Legislativa n.º 1.995/2012, além daquelas previstas em lei, que lhes podem ser decorrentes, especialmente:

- a) No art. 5º, X da Constituição Federal de 1988;
- b) Nos arts. 138, 139, 140 e 141 do Código Penal (Decreto-Lei n.º 2.848/1940).

3 – Estou ciente de que ação em contrário aos regulamentos estabelecidos imputar-me-ão impossibilidade, por tempo determinado, de participar das oportunidades a mim asseguradas como cidadão, nos termos da Resolução Legislativa n.º 2.218/2017, da Resolução Legislativa n.º 1.995/2012 ou de qualquer outra oportunidade de figurar como orador(a) na Câmara Municipal de Nova Friburgo.

4 – Estou ciente, entre outras impossibilidades funcionais e legais, de que um Vereador NÃO pode, por iniciativa própria, através de lei:

- a) propor qualquer medida que gere ou aumente a despesa pública;
- b) criar, transformar ou extinguir cargos, funções ou empregos públicos na Administração Direta e Indireta;
- c) aumentar a remuneração dos servidores públicos da Administração Direta e Indireta, ou lhes conceder qualquer vantagem;
- d) instituir plano de cargos, carreiras e salários dos servidores públicos da Administração Direta e Indireta, bem como regular regime Jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria;
- e) criar, estruturar e conferir atribuições às Secretarias, Departamentos ou Diretorias equivalentes e órgãos da Administração Pública;
- f) apresentar matéria orçamentária, bem como projeto que autorize a abertura de créditos ou conceda auxílios e subvenções;
- g) executar qualquer obra pública.

5 – Estou ciente de que, se as informações por mim prestadas não forem expressão da verdade, sujeitar-me-ei às penalidades previstas em lei.

**DECLARO, PARA OS DEVIDOS FINS, ESTAR CIENTE DAS REGRAS RELATIVAS À PARTICIPAÇÃO POPULAR NA CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO E ESTAR DE PLENO ACORDO COM OS DEVERES CONSTANTES DESTES TERMOS QUE ASSUMO E ACEITO, BEM COMO DAS PENALIDADES A QUE ME SUJEITO NO CASO DE SEU DESCUMPRIMENTO.**

Nova Friburgo, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20 \_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do cidadão

- 1ª. via – Secretaria de Expediente
- 2ª. via – Cidadão

Conferido por: \_\_\_\_\_ Matrícula: \_\_\_\_\_  
(Secretaria de Expediente)

**CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO**  
**Rua Farinha Filho, n.º 50 – Centro - Nova Friburgo - RJ - 28.610-280 - (22) 2524-1700**